



CCDR
ALENTEJO

Boletim Trimestral 23



Alentejo Hoje

Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional



O Alentejo 2020 tem como grandes objetivos o reforço da competitividade da economia, promovendo a melhoria do desempenho regional e afirmando o Alentejo como uma região de conhecimento, estimulando uma economia que privilegie a inovação e o emprego qualificado e visando um desenvolvimento urbano mais sustentável. Na prossecução destas linhas estruturantes de desenvolvimento, a aceleração da execução dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento constitui um objetivo importante para a alavancagem da economia da Região, em particular no que diz respeito ao investimento de natureza municipal.

Ficha Técnica

Índice

Propriedade

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, nº193
7004-514 Évora
Tel.: 266 740 300 | Fax: 266 706 562
Email: expediente@ccdr-a.gov.pt

Director

- Roberto Pereira Grilo

Director Executivo

- Figueira Antunes

Concepção Gráfica e Paginação

- Gabinete de Comunicação

Colaboradores internos

- Amável Candeias
- Joaquim Fialho
- Maria João Alface
- Mariana Pala
- Pedro Guilherme
- Rosa Banha
- Teresa Godinho

Edição

Dezembro 2016

Capa

Campo Maior

Agradecimento

Agradece-se às entidades que gentilmente disponibilizaram algumas das imagens que constam do presente boletim.

4 Conjuntura Regional

8 Temas em destaque

Os Concelhos do Alentejo e a Dinâmica Económica Regional

14 EREI do Alentejo: Processo de Implementação e Monitorização

20 Alentejo 2020

Aprovou 420 milhões de euros até final de 2016

Conjuntura Regional

Os indicadores referenciados no âmbito do mercado de trabalho no 3º trimestre de 2016, revelam uma variação favorável, face ao trimestre anterior

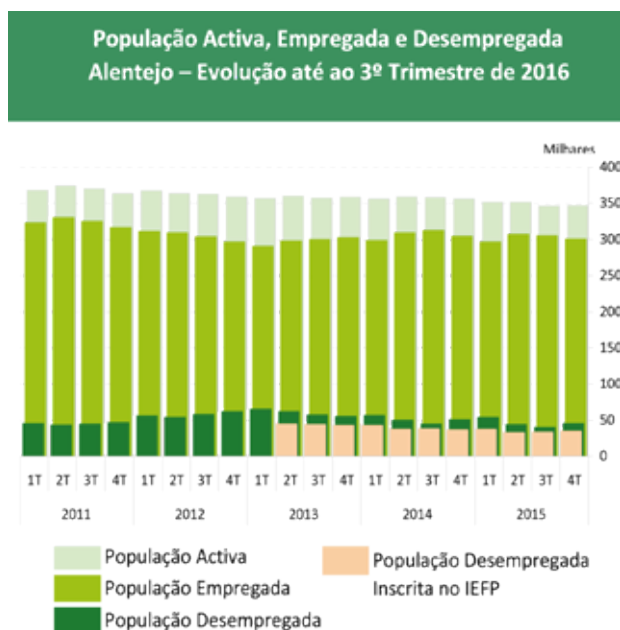
No final do 3º trimestre, a conjuntura do mercado de trabalho na região, revela uma evolução favorável face aos dados do trimestre anterior. De referir o facto da população desempregada inscrita nos Serviços de Emprego ter diminuído cerca de 7% e a taxa de desemprego ter caído em 5,5%, o que se coaduna com os dados referentes à população empregada que teve um acréscimo de 4,1% e o aumento da taxa de actividade de 3,3%. Também o rendimento médio da população empregada passou de 795€ para 807€, tendência que já vinha do período homólogo em que o rendimento médio mensal líquido era de 778€. Só a taxa de desemprego e a população desempregada, ainda se encontram com valores superiores face ao período homólogo, apesar da última evolução favorável.

Indicadores de conjuntura - ALENTEJO - 3º Trimestre de 2016 - Mercado de trabalho

Indicador	3º Trimestre 2016	2º Trimestre 2016	3º Trimestre 2015	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Mercado de trabalho						
População empregada por conta de outrém (Mil.)	308,1	296,1	305,9	0,7	4,1	INE
Rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrém (€)	807	795	778	3,7	1,5	INE
Taxa de actividade da população residente com 15 e mais anos de idade (%)	56	54,2	54,8	2,2	3,3	INE
Taxa de desemprego (%)	12	12,7	11,8	1,7	-5,5	INE
População desempregada (Milh.)	42,1	43,3	41	2,7	-2,8	INE
População desempregada inscrita nos Serviços de Emprego (Mil.)	31,2	33,5	34,3	-9,0	-7,1	INE

Fontes: INE - Infoline, IEFP - Estatísticas mensais dos Centros de Emprego

No gráfico seguinte podem constatar-se as tendências de indicadores relativos ao emprego/desemprego, desde 2011. De salientar que o decréscimo da população empregada se iniciou no final de 2011, tendo sido verificada a pior situação no final de 2012, início de 2013. A tendência de melhoria não tem sido claramente contínua, mas desde o 2º trimestre de 2015 que não tem havido inflexões neste indicador. A partir do 2º trimestre de 2013, com a disponibilidade dos dados da população desempregada, inscrita nos Serviços de Emprego, pode constatar-se, como já era expectável, que este número é inferior ao da população desempregada.

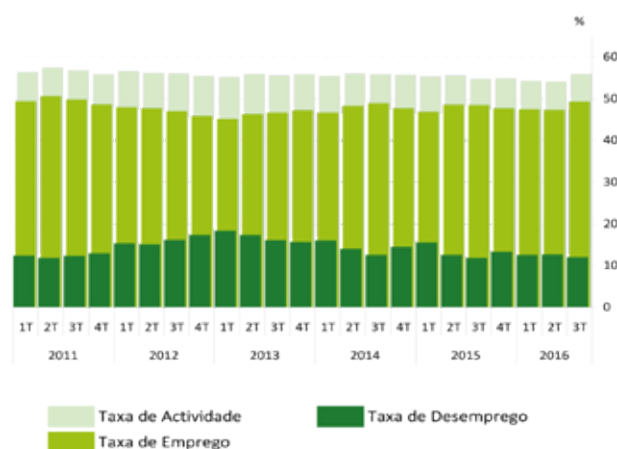


Fontes: INE – Infoline; IEFP – Estatísticas dos Centros de Emprego

A taxa de actividade só recentemente revela uma tendência de recuperação, sendo notória a tendência decrescente da taxa de desemprego, após o início de 2015.



Taxa de Actividade, de Emprego e de Desemprego
Alentejo - Evolução até ao 3º Trimestre de 2016



Fontes: INE – Infoline; IEFP – Estatísticas dos Centros de Emprego

Quanto à avaliação bancária, os empréstimos concedidos a famílias revelam uma tendência decrescente, apesar dos devedores (famílias) revelarem um acréscimo. Já os empréstimos concedidos a sociedades aumentaram, tendo o rácio de crédito vencido, relativo aos empréstimos a empresas, diminuído.

Indicadores de conjuntura - ALENTEJO - 3º Trimestre de 2016 - Avaliação Bancária

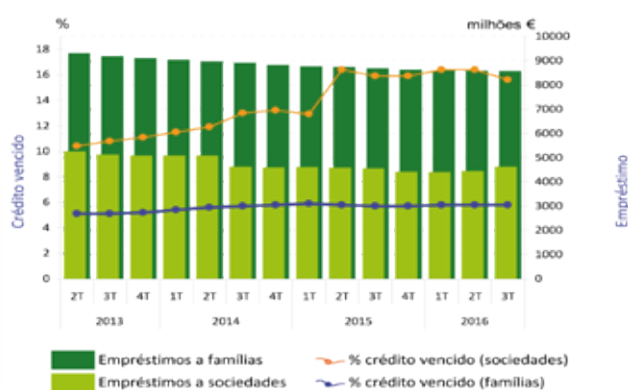
Indicador	3º Trimestre 2016	2º Trimestre 2016	3º Trimestre 2015	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Avaliação Bancária						
Empréstimos a famílias: rácio de crédito vencido (%)	5,8	5,8	5,7	1,8	0,0	BP
Empréstimo concedido a famílias (10 ⁶) €	8575	8584	8698	-1,4	-0,1	BP
Empréstimo concedido a famílias (10 ³ devedores)	305,9	305,7	304,7	0,4	0,1	BP
Empréstimos a empresas: rácio de crédito vencido (%)	15,6	16,4	15,9	-1,9	-4,9	BP
Empréstimo concedido a sociedades (10 ⁶ €)	4634	4444	4568	1,4	4,3	BP

Fontes: BP - Boletim Estatístico do Banco de Portugal

O rácio de crédito vencido das famílias tem revelado uma tendência contínua, tendo a variação relativa ao último trimestre sido nula. Já o crédito vencido das empresas tem revelado algumas discontinuidades, sendo de salientar o acréscimo entre o final de 2014 e o início de 2015.



Empréstimos e Créditos Vencidos a Famílias e Sociedades
Alentejo - Evolução até ao 3º Trimestre de 2016



Fontes: BP – Boletim Estatístico do Banco de Portugal

Os indicadores de turismo revelam uma situação muito favorável para a região, com um aumento de quase 12% de dormidas e de 24 % de proveitos totais, face ao período homólogo.

Indicadores de conjuntura - ALENTEJO - 3º Trimestre de 2016 - Habitação e Turismo

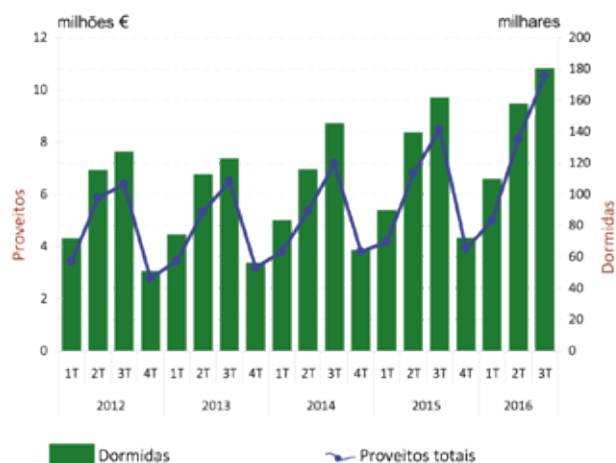
Indicador	3º Trimestre 2016	2º Trimestre 2016	3º Trimestre 2015	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Habitação e Turismo						
Licenças de construção (Nº fogos)	60	44	45	33,3	36,4	INE
Avaliação bancária dos alojamentos (€/ m²)	915	907	921	-0,7	0,9	INE
Turismo - dormidas (Milhares)	180,9	158,2	161,9	11,8	*	INE
Turismo - proveitos totais (10³ €)	10517	8106	8481	24,0	*	INE

Fontes: INE - Infoline

* Variações sazonais

Apesar de ser notório que ao longo dos anos, é o 3º trimestre que se revela mais favorável, também é notória a tendência crescente, em cada ano, quer do número de dormidas, quer do valor dos proveitos totais, em cada período homólogo.

Dormidas e Proveitos da Actividade Turística Alentejo – Evolução até ao 3º Trimestre de 2016

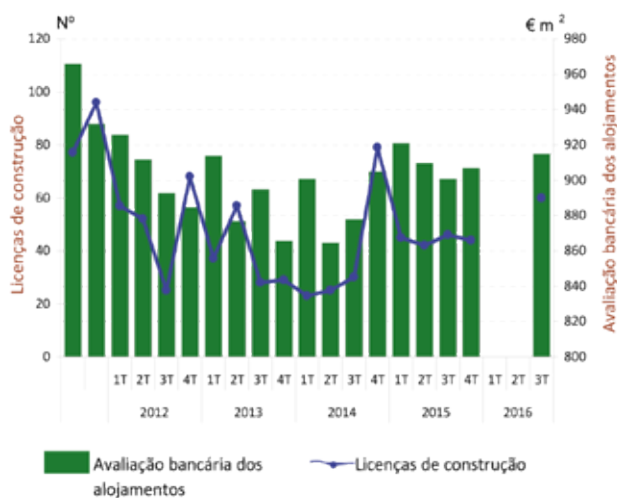


Fontes: INE – Infoline

As licenças de construção também revelam uma variação positiva, quer relativamente ao trimestre, quer ao período homólogo, apesar do número de licenças não ser muito significativo. Este indicador teve o pior momento em 2014, nos 2º e 4º trimestres.

As avaliações bancárias dos alojamentos, têm tido uma tendência descontínua, tendo passado de 907€/m² no 2º trimestre para 915€/m² no terceiro, apesar deste valor ter sido ainda inferior aos 921€/m² praticados no período homólogo, em 2015. De referenciar que os períodos em que ocorreram avaliações mais baixas foram no 1º trimestre de 2013 e no 3º trimestre de 2014.

Avaliação bancária dos alojamentos e Licenças de Construção Alentejo – Evolução até ao 3º Trimestre de 2016



Fontes: INE – Infoline

As Importações/Exportações assumem uma importância relevante para a região, sendo de salientar que o saldo da balança comercial no Alentejo continua a ser positivo.

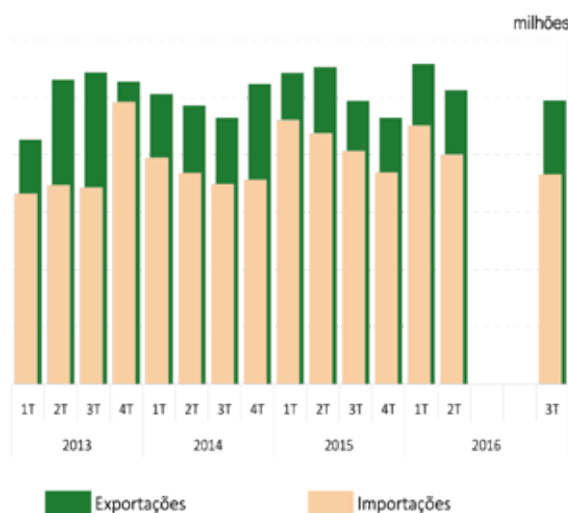
O saldo das exportações/importações é positivo, ao longo do período 2013/2016, verificando-se que nas exportações, no 3º trimestre de 2016, houve uma variação negativa, face ao segundo, apesar de face ao período homólogo ter ainda havido uma variação ligeiramente positiva. Quanto às importações, desde o início de 2016 que vêm revelando uma tendência decrescente, tendo ainda revelado um decréscimo de 10% face ao 3º trimestre de 2015.

Indicadores de conjuntura - ALENTEJO - 3º Trimestre de 2016 - Exportação / Importação

Indicador	3º Trimestre 2016	2º Trimestre 2016	3º Trimestre 2015	Variação Anual homóloga %	Variação Trimestre %	Fonte
Exportação / Importação						
Exportações de bens (10 ⁶ €)	247,7	256,3	247,4	0,1	-3,4	INE
Importações de bens (10 ⁶ €)	182,9	200,1	203,2	-10,0	-8,6	INE

Fontes: INE - Infoline

Exportações e Importações de Bens Alentejo – Evolução até ao 3º Trimestre de 2016

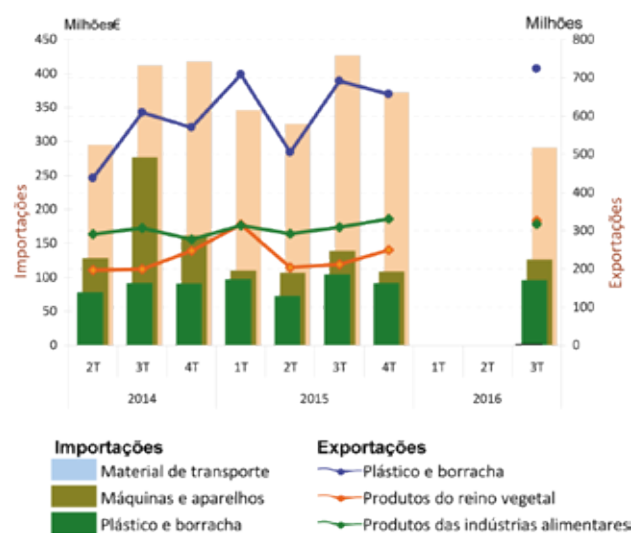


Fontes: INE – Infoline

Os bens exportados pela região, pertencem essencialmente ao grupo do plástico e borracha, produtos vegetais e das indústrias alimentares.

Os bens do grupo do Plástico e da Borracha, além de serem os mais exportados, também são os mais importados além do Material de transporte e máquinas e aparelhos.

Exportações e Importações, dos principais Tipos de Bens Alentejo – Evolução até ao 3º Trimestre de 2016



Fontes: INE – Infoline

As Exportações de plástico e borracha, após a quebra do 4º trimestre de 2015, vêm revelando uma tendência crescente, assim como os produtos do reino vegetal. Os produtos das indústrias alimentares têm revelado uma tendência contínua, apesar do ligeiro decréscimo do último trimestre em análise. Já as importações são sobretudo do grupo de material de transporte, tendo as mesmas decrescido no ano de 2016 ■

Tema em destaque

Os Concelhos do Alentejo e a Dinâmica Económica Regional

A presente análise tem como objetivo a compreensão e identificação dos contributos dos concelhos do Alentejo para a dinâmica económica regional.

Com base na informação disponível no INE, sobre as empresas com sede no Alentejo foram analisados os seguintes indicadores:

- Empresas (2014)
- Pessoal ao Serviço nas Empresas (2014)
- Valor Acrescentado Bruto (2014)
- Exportações (2015)

Estes indicadores que permitem conhecer os diversos contributos concelhios para a elaboração de um retrato económico do Alentejo, consideram apenas as empresas sediadas nos concelhos, pelo que se assume a possível não representação do universo das empresas existentes na Região.

Os cartogramas¹ foram realizados com base no algoritmo definido por Gastner/Newman [2004] e refletem graficamente o valor das variáveis utilizadas na dimensão dos polígonos correspondentes aos concelhos, onde uma variação positiva de dimensão de um polígono corresponde à relevância desse concelho sobre os demais.

O Alentejo conta na sua estrutura administrativa com 58 concelhos, que são as unidades geográficas de maior desagregação para as quais existe disponibilidade de informação estatística económica.



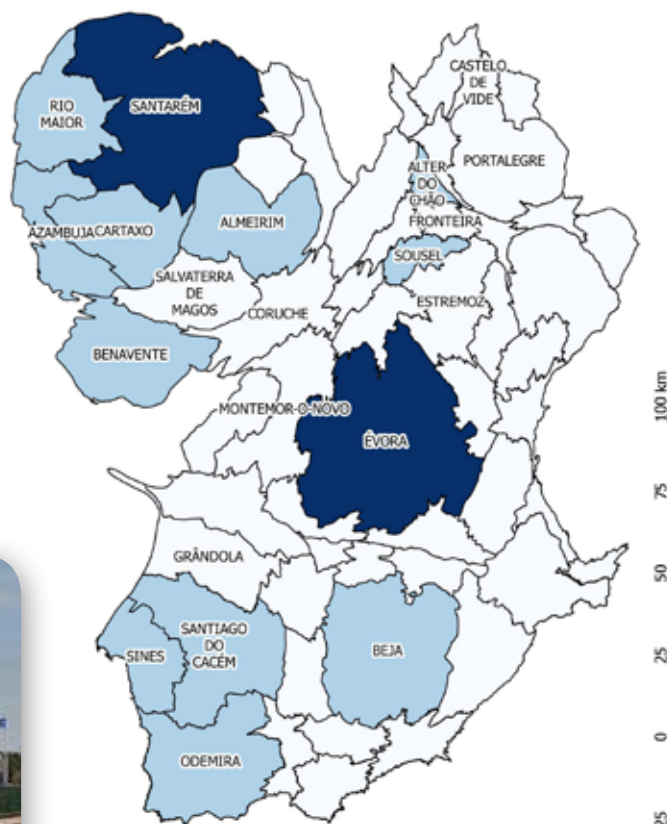
¹ - Quantum Gis e plugin ScapeToad (<http://scapetoad.choros.ch/>)

EMPRESAS NOS CONCELHOS DO ALENTEJO, 2014

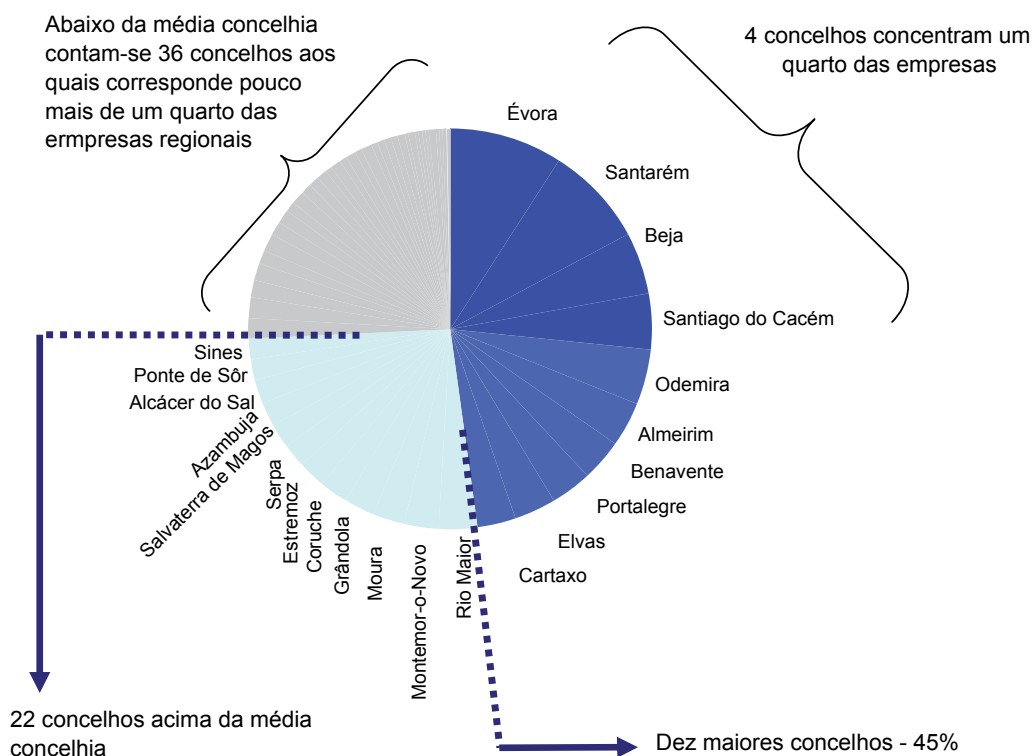
Em 2014 existiam no Alentejo 78.102 empresas, concentrando-se em Évora e Santarém 15% do seu total.

Os onze concelhos com maior número de empresas (Évora, Santarém, Odemira, Benavente, Beja, Santiago do Cacém, Almeirim, Portalegre, Elvas, Cartaxo e Rio Maior) contavam com 47% das empresas regionais.

Por oposição 36 concelhos tinham, cada um, menos do que a média concelhia de empresas (1.350), sendo a média nacional por concelho de 3.663 empresas. Apesar disso mostra-se dispersão das empresas pelo território regional.

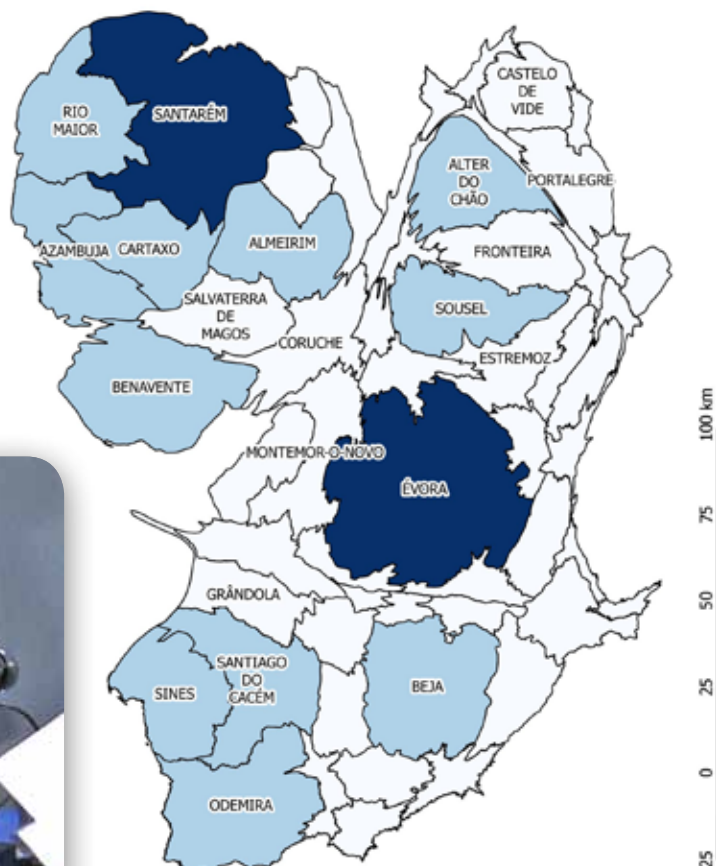


Empresas - Estrutura Concelhia 2014



PESSOAL AO SERVIÇO NAS EMPRESAS DO ALENTEJO, 2014

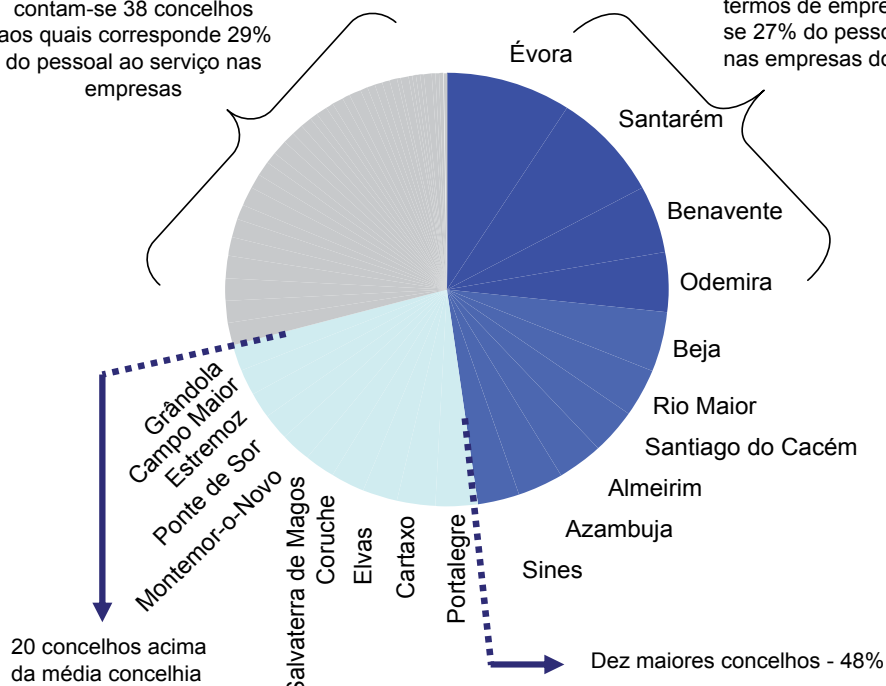
O emprego nas empresas do Alentejo totalizava 183,8 mil indivíduos, sendo 17% de Évora e Santarém. Mais de metade do emprego regional concentra-se em 12 concelhos: Évora, Santarém, Benavente, Odemira, Beja, Rio Maior, Santiago do Cacém, Almeirim, Azambuja, Sines, Portalegre e Cartaxo. Abaixo da média concelhia (3.169 trabalhadores) contam-se 38 concelhos. A média nacional por concelho é de 11.169 trabalhadores, valor que só é superado por Évora e Santarém.



Pessoal ao Serviço - Estrutura Concelhia 2014

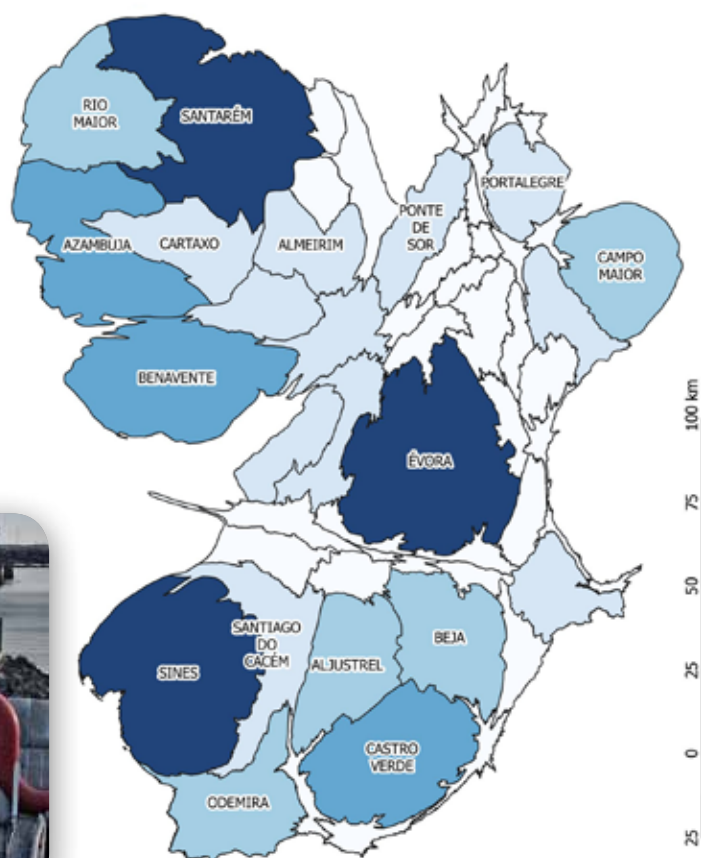
Abaixo da média concelhia contam-se 38 concelhos aos quais corresponde 29% do pessoal ao serviço nas empresas

Nos 4 maiores concelhos em termos de emprego encontra-se 27% do pessoal ao serviço nas empresas do Alentejo



VALOR ACRESCENTADO BRUTO DAS EMPRESAS DO ALENTEJO, 2014

O VAB das empresas com sede no Alentejo corresponde a 3.2 mil milhões de euros, do qual 24% é contribuído de Sines, Évora e Santarém. Na Região, 11 concelhos concorrem com 59% do total do VAB: Sines, Évora, Santarém, Benavente, Azambuja, Castro Verde, Rio Maior, Campo Maior, Beja, Odemira e Aljustrel. Por outro lado 23 concelhos são responsáveis por apenas 6% VAB do Alentejo. Com VAB abaixo de 56 milhões de euros, a média concelhia regional, contam-se 40 concelhos. A nível nacional a média concelhia é de 247 milhões de euros.



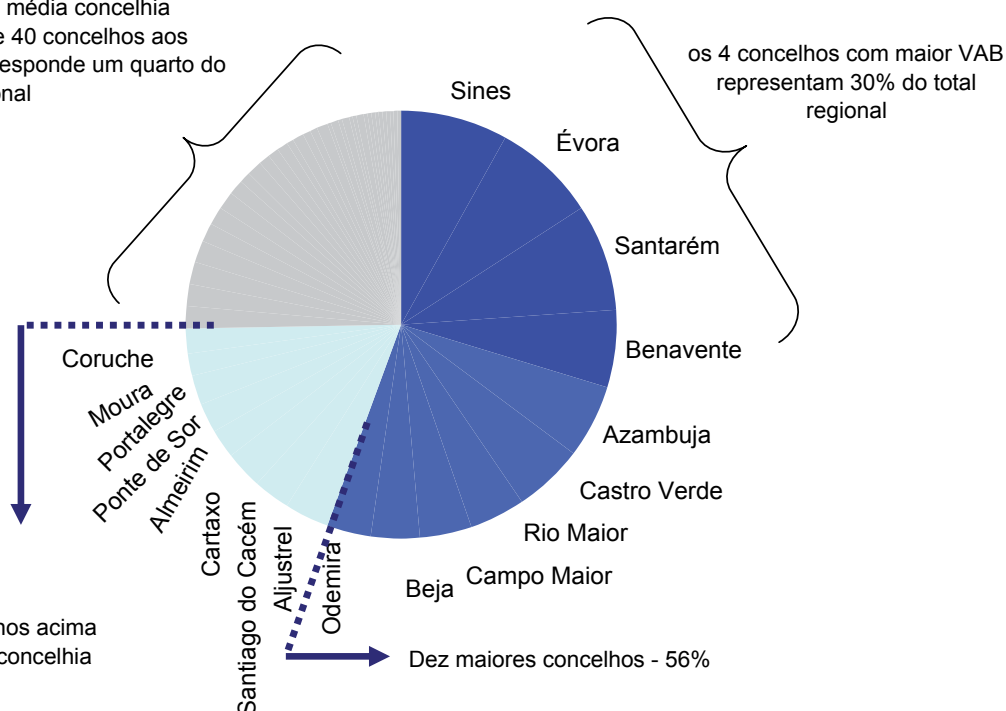
VAB - Estrutura Concelhia 2014

Abaixo da média concelhia contam-se 40 concelhos aos quais corresponde um quarto do VAB regional

os 4 concelhos com maior VAB representam 30% do total regional

18 concelhos acima da média concelhia

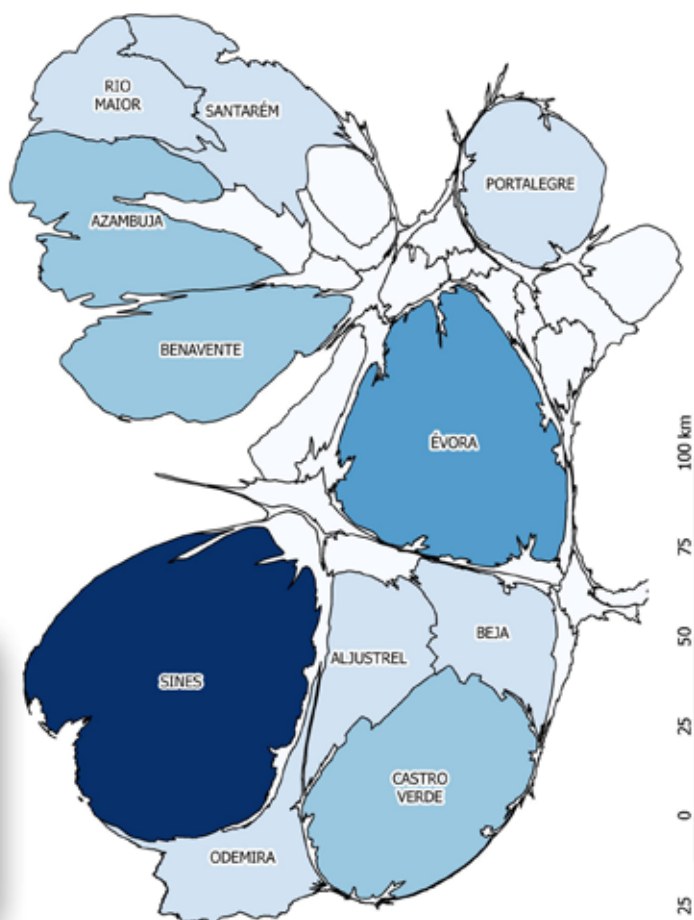
Dez maiores concelhos - 56%



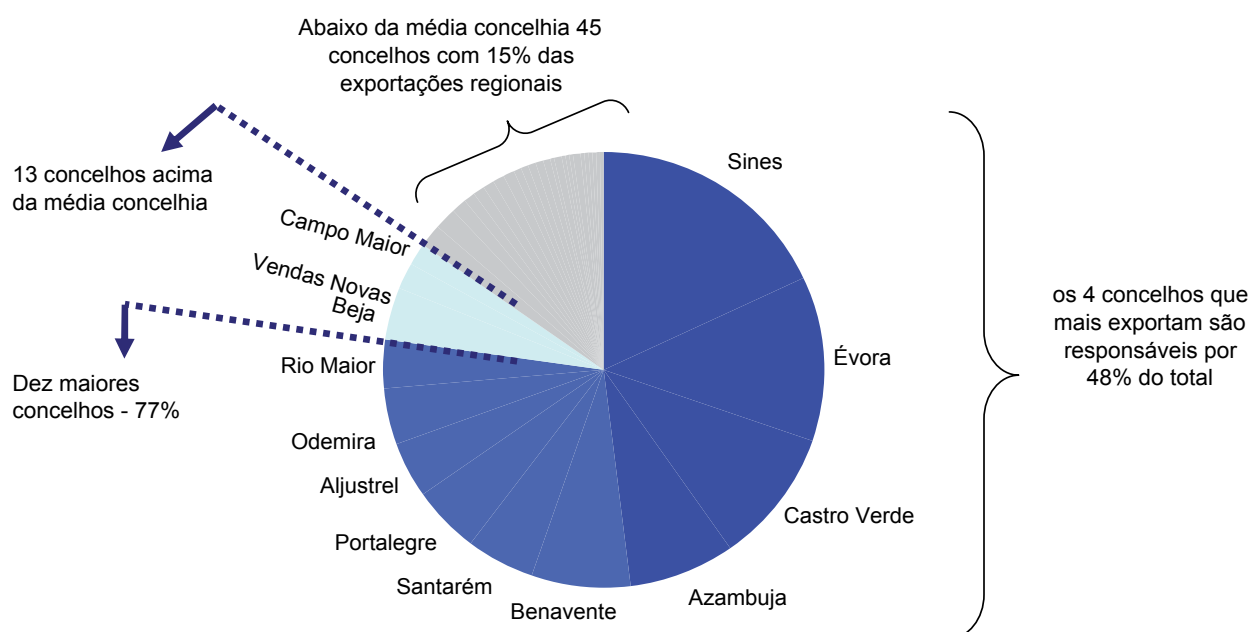
EXPORTAÇÕES DO ALENTEJO, 2015

No ano de 2015 as exportações do Alentejo foram da ordem de 2.979 milhões de euros. Aos concelhos de Sines, Évora, Castro Verde, Azambuja e Benavente correspondeu 55% do total regional. Apenas 13 concelhos apresentaram valores de exportação acima da média concelhia regional.

A média concelhia nacional de exportações, da ordem de 14 milhões de euros, fica bastante aquém de 51 milhões de euros, o valor médio concelhio regional. Este valor resulta da grande importância de Sines no contexto das exportações regionais, cujo valor quase duplica o do concelho que o antecede.



Exportações - Estrutura Concelhia 2015



CONCLUSÕES

É perceptível nesta análise que apesar da localização geográfica das empresas ser relativamente dispersa pelos concelhos da Região, verifica-se alguma concentração, sobretudo, em Évora, Santarém, Beja e Portalegre, por provável efeito da importância administrativa do lugar sede do concelho. Observa-se, ainda, uma concentração relevante num conjunto significativo de concelhos da Lezíria do Tejo, em resultado da proximidade geográfica ao eixo Lisboa-Porto, e uma concentração de empresas nos concelhos do Litoral Alentejano, por consequência da presença do porto de Sines e do efeito multiplicador por si gerado.

O Alto Alentejo revela-se como a subregião com menor número de empresas, englobando sete concelhos com o menor número de empresas em toda a Região. É também clara a predominância de atividades tradicionais de satisfação das necessidades básicas da população.

No emprego, ao nível das empresas, regista-se um aumento da concentração geográfica. Mais de 30% do emprego localiza-se em apenas 5 concelhos.

A maior expressão empregadora encontra-se no Alentejo Litoral e Lezíria do Tejo e, por oposição, é no Alto Alentejo que se revelam os mais baixos níveis de emprego.

Ainda que dispersas pelo território, as empresas são na sua maioria de pequena dimensão empregadora. À semelhança da tendência verificada nas empresas, também no emprego os concelhos do interior apresentam os níveis mais baixos.

A riqueza criada pelas empresas do Alentejo é essencialmente originária de 11 concelhos, destacando-se Sines, com maior contributo, e Évora, Beja, Santarém, bem como outros 3 concelhos da Lezíria do Tejo (Azambuja, Benavente e Rio Maior), e ainda Castro Verde, Aljustrel, Campo Maior e Odemira, que na sua globalidade representam quase 60% do Valor Acrescentado Bruto Regional. Esta concentração tem origem na dinâmica gerada nas empresas do porto de Sines, na exploração dos recursos do solo em Odemira e de subsolo de Castro Verde e Aljustrel, na importância económica dos lugares de hierarquia urbana superior e na dinâmica industrial existente em concelhos como Campo Maior. Esta concentração relega um conjunto muito elevado de concelhos para uma contribuição para a riqueza regional muito incipiente. Encontra-se neste caso a maioria dos concelhos do Alto Alentejo, do Alentejo Central e grande parte dos concelhos do Baixo Alentejo.

Quanto ao mercado externo, mais de metade das exportações regionais têm origem em apenas 5 concelhos e 11 concelhos são responsáveis por quatro quintos das exportações do Alentejo.

SÍNTESE

Principais contributos concelhios regionais, Alentejo (ordenados por ordem decrescente do VAB)

	VAB milhões €	Pessoal ao Serviço	Exportações milhões €
Sines	258	5.727	537
Évora	256	16.658	367
Santarém	253	15.170	156
Benavente	193	8.942	210
Azambuja	179	5.790	234
Castro Verde	169	2.209	296
Rio Maior	137	6.519	114
Campo Maior	119	3.551	51
Beja	119	8.228	113
Odemira	109	8.289	119
Aljustrel	108	2.244	125
Santiago do Cacém	90	6.385	10
Portalegre	68	5.724	148
Alentejo	3.224	183.788	2.979
% face ao Alentejo	63,8	51,9	83,2

Identificam-se 32 concelhos com valores abaixo da média concelhia regional em todas as variáveis analisadas (empresas, pessoal ao serviço, VAB e exportações). A estes concelhos ainda poderão juntar-se outros, por contarem apenas com uma das variáveis acima da média regional. Assim, totalizam-se 35 concelhos com participação reduzida no dinamismo económico regional. As assimetrias concelhias são evidentes, dado que 13 concelhos representam mais de metade do emprego regional das empresas, dois terços do Valor Acrescentado e mais de quatro quintos das exportações do Alentejo ■

Tema em destaque

EREI do Alentejo: Processo de Implementação e Monitorização

A Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) assume-se como uma componente fundamental da estratégia de desenvolvimento regional e visa melhorar a competitividade e a internacionalização da economia, com base nas vantagens competitivas diferenciadoras da região e nas capacidades e competências do Sistema Científico e Tecnológico Regional, identificando um conjunto de prioridades temáticas em torno das quais se deve concentrar base económica regional e, consequentemente, a alocação de recursos e o financiamento comunitário no quadro do Portugal 2020. Na sequência de um exercício amplamente participado pelos stakeholders regionais, foram identificados, na região Alentejo, os seguintes domínios temáticos:

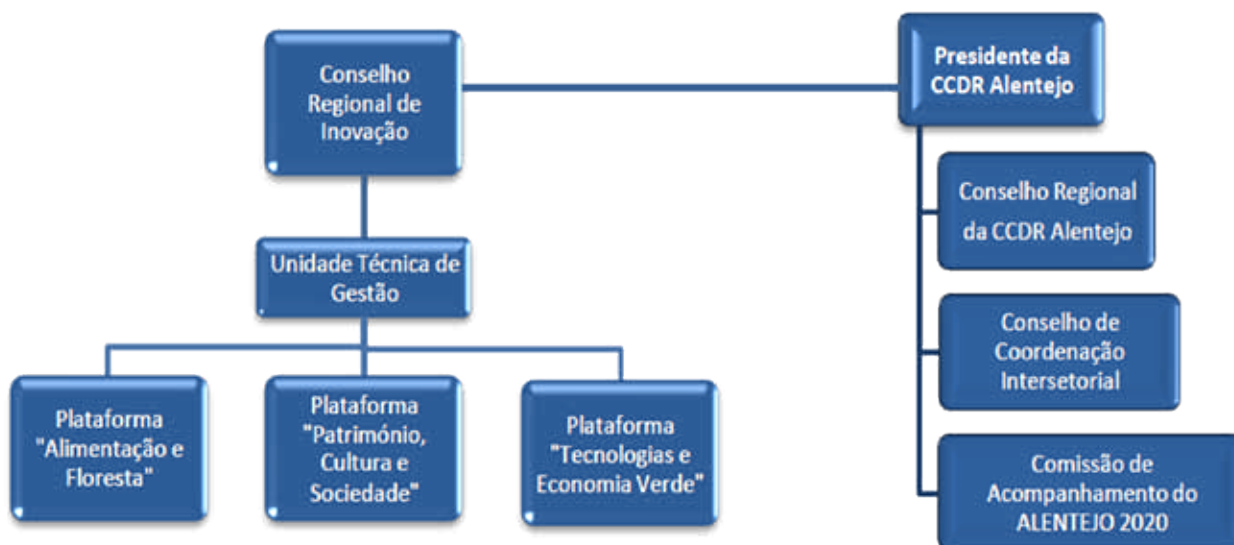
- Alimentação e Floresta
- Economia dos Recursos Minerais, Naturais e Ambientais
- Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços do Turismo
- Tecnologias Críticas, Energia e Mobilidade Inteligente
- Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social



A operacionalização metodológica da EREI do Alentejo tem implícita a definição de um racional de especialização para cada um destes domínios de especialização, que identifica os seus principais recursos e ativos, as competências científicas e o capital humano existentes na região nas áreas relevantes para cada domínio, bem como a estrutura económica e o seu potencial de articulação com a procura e com as tendências do mercado.

Trata-se de um modelo que visa a definição e a implementação da política regional de inovação, que se pretende fortemente participado por uma grande diversidade de atores regionais, públicos e privados, com níveis de envolvimento distintos e visando um espectro complexo de objectivos, pelo que a dinamização, execução e monitorização da EREI são componentes essenciais para alcançar os resultados esperados, tendo sido definido um modelo de governação que permita dar resposta aos desafios que se colocam ao nível da coordenação de iniciativas e de instrumentos de política, numa lógica de articulação multinível com a Estratégia Nacional de I&I para uma Especialização Inteligente (ENI) e com os Programas Operacionais do PORTUGAL 2020.

Modelo de Governação da EREI do Alentejo



Ao **Conselho Regional de Inovação (CRI)**, presidido pela CCDR Alentejo, cabe promover a política regional de inovação e a implementação da EREI, bem como estabelecer através do seu presidente, as necessárias articulações com os demais órgãos previstos na estrutura orgânica da CCDR e da Autoridade de Gestão do ALENTEJO 2020. A **Unidade Técnica de Gestão (UTG)**, de carácter transversal, concentra as competências de acompanhamento e monitorização da implementação da EREI e de órgão técnico de apoio ao Conselho Regional de Inovação. No que se refere às **Plataformas de Inovação**, de cariz temático, são as unidades de inteligência estratégica e operacional da estratégia e deverão integrar na sua composição, os mais diversos stakeholders regionais em função da respectiva temática (empresas e associações empresariais, instituições de ensino superior e entidades do Sistema Científico e Tecnológico, entre outras).

A implementação do modelo de governação, tal como se encontra concebido carece ainda de algumas iniciativas determinantes para a sua efetiva operacionalização, nomeadamente no que se refere à constituição dos seus órgãos com maior visibilidade e representatividade regional – o CRI e as Plataformas de Inovação, que carecem naturalmente de um intenso esforço e investimento institucional visando o envolvimento de todos os agentes regionais relevantes e a sua agregação e dinamização em torno das áreas temáticas que são o foco da especialização regional.

Até à data, apenas foi possível iniciar o processo tendente à implementação do Conselho Regional de Inovação (CRI), em Fevereiro de 2015, com o parecer favorável do Conselho Regional da CCDR Alentejo relativamente às suas competências e composição.

Já no que se refere à Unidade Técnica de Gestão, embora não se encontrando constituída formalmente, as suas competências têm vindo a ser asseguradas conjuntamente pelo Secretariado Técnico do ALENTEJO 2020 e pela Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional da CCDR, nomeadamente no que se refere à implementação das metodologias de suporte à seletividade e à focalização dos financiamentos bem como ao exercício das competências de monitorização e avaliação da implementação da EREI, com a elaboração de relatórios periódicos de monitorização.

Os resultados alcançados até à data evidenciam que o processo de operacionalização da EREI tem decorrido de forma consistente, assegurado exclusivamente pela AG do ALENTEJO 2020 e pela Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional da CCDR, carecendo no entanto de ser complementado com o funcionamento regular das estruturas previstas no modelo de governação.



Processo de Seleção de Projetos: Metodologia e Principais Resultados

A operacionalização da aplicação da EREI no contexto do PORTUGAL 2020, pressupõe que esta estratégia seja tida em consideração no processo de seleção de projetos candidatos aos avisos de concurso abertos quer no PO Regional ALENTEJO 2020, quer nos demais programas operacionais do PORTUGAL 2020, que tenham incidência na região, em particular quando estes avisos têm enquadramento nos Regulamentos Específicos da Competitividade Internacionalização e do Capital Humano.

Conjugando a vasta abrangência temática que se reflete nos 11 Objetivos Temáticos e respetivas Prioridades de Investimento estabelecidas pela Comissão Europeia para este período de programação e que serviram de base à estruturação do PORTUGAL 2020, com os domínios de especialização regional definidos da EREI do Alentejo, podemos concluir que nem todas as Prioridades de Investimento apresentam o mesmo nível ou intensidade de alinhamento com a EREI, o que se reflete, do ponto de vista operacional na metodologia definida para o processo de seleção de projetos candidatos a financiamento comunitário. Assim a EREI prevê que o financiamento comunitário na região, enquadrável nas Prioridades de Investimento 1.1 (I&D não empresarial), 1.2 (I&D empresarial) e 10.2 (Formação avançada e ensino superior), deve estar totalmente alinhado com os domínios de especialização regional, o que pressupõe que a EREI seja integrada nos referenciais de admissibilidade/elegibilidade de candidaturas no âmbito dos Avisos de abertura de concurso referentes a estas Prioridades de Investimento.



Desta forma, nesta tipologia de concursos, é necessário efetuar uma análise preliminar de todas as candidaturas recebidas, no sentido de determinar a sua elegibilidade (ou não), em função do seu enquadramento nos domínios da EREI, sem prejuízo da necessidade de observância dos demais critérios de elegibilidade previstos no respetivo regulamento específico e no aviso de concurso.

Por outro lado, ainda nesta tipologia de concursos, é efetuada uma análise mais profunda das candidaturas admitidas (e portanto, enquadradas na EREI) quanto à sua relevância para a região, pelo que o referencial de mérito, que permite efetuar a seleção e hierarquização dos projetos, integra um parâmetro de análise que visa avaliar o grau ou intensidade de alinhamento dos projetos com a EREI e que, em regra, lhes atribui uma valoração em função do número de domínios em que se estes enquadram.

No entanto, nem sempre se verifica a necessidade de alinhamento total dos projetos com a EREI. Existe uma diversidade de prioridades de investimento relativamente às quais os domínios de especialização regional se constituem como preferenciais, destacando-se as Prioridades de Investimento 3.1 (Empreendedorismo qualificado e criativo), 3.2 (Internacionalização de PME) e 3.3 (Qualificação e inovação de PME), pela sua grande expressão em termos de volume de candidaturas e investimento que lhes está associado, no contexto global do PORTUGAL 2020.

Neste caso, o fator preferencial da EREI é refletido no referencial de mérito dos projetos, sendo estes pontuados em função de uma grelha que valoriza o grau de alinhamento/inserção dos projetos relativamente aos domínios de especialização, nomeadamente quando estes se enquadram em mais do que um domínio.

Tomando em consideração todos os concursos desenvolvidos no âmbito do Portugal 2020, com incidência no Alentejo, em que foi necessário aplicar a EREI, pode afirmar-se que até ao final do primeiro semestre de 2016 foi submetido e analisado um volume significativo de projetos, que pela sua expressão nos permitem sistematizar algumas conclusões relevantes quanto à dinâmica económica regional e à sua aderência às prioridades de especialização temática definidas para a região.

Assim, face a este primeiro exercício de monitorização já elaborado, é possível concluir o seguinte:

I) Enquadramento dos Projetos do PORTUGAL 2020 na EREI do Alentejo:

Instrumentos de Financiamento	Projetos Apresentados		Projetos Analisados N.º (*)	Enquadramento na EREI	
	N.º	%		Com Enquadramento	Sem Enquadramento
COMPETE 2020 (Sistema Incentivos)	64	11,9%	64	53	11
ALENTEJO 2020:					
- Sistema Incentivos	383	71,2%	383	251	132
- Investigação Científica e Tecnológica	44	8,2%	43	40	3
- Ações Coletivas	44	8,2%	30	28	2
- Formação (TEsP)	3	0,6%	3	3	0
TOTAL	538	100,0%	523	375	148

(*) Do total de projetos apresentados, 15 não foram objeto de análise de enquadramento na EREI do Alentejo, por não reunirem condições de acesso específicas previstas nos respetivos avisos de abertura de concurso

Relativamente aos projetos analisados (523) quanto ao seu enquadramento na EREI do Alentejo, cerca de 88% foram submetidos ao ALENTEJO 2020, sendo os restantes resultantes de candidaturas apresentadas ao COMPETE 2020. De referir que de acordo com os critérios de delimitação de financiamento entre ambos os programas, têm enquadramento no COMPETE 2020, os projetos multi-regionais que envolvam investimento na região do Alentejo, ou projetos a implementar exclusivamente no Alentejo com volumes de investimento superiores a 3 M€, ou promovidos por médias ou grandes empresas, salvo algumas exceções pontuais previstas no RECI ¹.

No que se refere à focalização do investimento, verifica-se que em termos globais cerca de 28% dos projetos analisados não tiveram enquadramento na EREI do Alentejo, fenómeno que ocorreu principalmente nas candidaturas aos Sistemas de Incentivos às empresas (incluindo as dimensões de I&DT, Inovação, Empreendedorismo, Internacionalização e Qualificação), onde os projetos não enquadrados representam mais de 1/3 do total (34,5%). De referir neste caso que, com exceção das medidas de I&DT em que é exigido o alinhamento total com a EREI, este facto não implica a exclusão dos projetos, na medida em que nestas tipologias de investimento, a EREI apenas é assumida como fator preferencial na sua análise de mérito.

II) Enquadramento dos Projetos do ALENTEJO 2020 na EREI do Alentejo

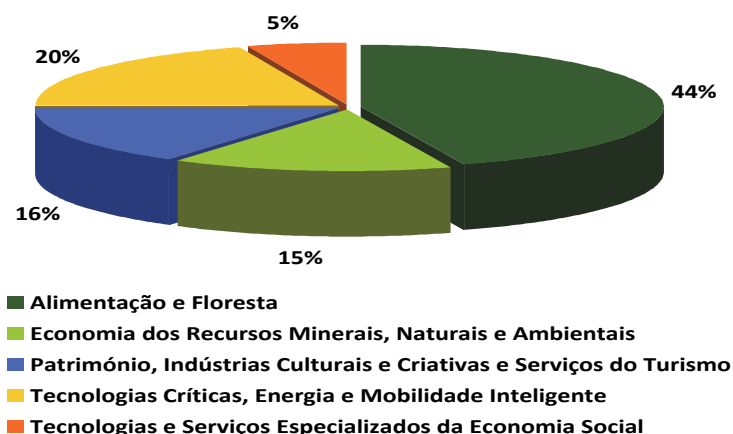
Instrumentos de Financiamento ALENTEJO 2020	Projetos Analisados	Alinhamento com EREI		Domínios em que se enquadram				
		Com Enq.	Sem Enq.	1 Domínio	> 1 Domínio	Dos quais:		
						2	3	5
- Sistema Incentivos	30	28	2	232	19	19	0	0
- Investigação Científica e Tecnológica	3	3	0	30	10	10	0	0
- Ações Coletivas	523	375	148	25	3	1	1	1
- Formação (TEsP)	0	0	0	1	2	1	1	0
TOTAL	556	406	150	288	34	31	2	1

Centrando a análise apenas no ALENTEJO 2020, enquanto programa financiador, verifica-se que aproximadamente 70% dos projetos analisados tiveram enquadramento na EREI, facto que tem maior expressão no âmbito dos Sistemas de Incentivos às empresas.

No que se refere à intensidade desse enquadramento, aferida pelo número de domínios em que cada projeto submetido se enquadra, apenas uma margem residual de 10% dos projetos que foi passível de enquadramento em mais do que um domínio de especialização regional, sendo a ocorrência mais frequente o enquadramento em dois domínios. Por oposição, apenas um projeto no total de 459 projetos analisados apresentou um nível de abrangência temática que lhe permitiu ser enquadrado nos cinco domínios de especialização regional.

¹ - RECI – Regulamento Específico do Domínio da Competitividade e Internacionalização, aprovado pela Portaria n.º 57-A/2015 de 27 de fevereiro

III) Enquadramento dos Projectos do ALENTEJO 2020 por Domínio de Especialização



A avaliação da aderência da atividade económica regional às temáticas de especialização definidas na EREI, pode ser aferida através da análise de predominância de cada um dos domínios, no universo de projetos analisados. Assim, regista-se uma evidente prevalência dos projetos enquadrados em domínios consolidados na região, ou seja, que correspondem a atividades económicas em que tradicionalmente a Região é especializada e tem provado deter vantagens competitivas, designadamente “Alimentação e Floresta”, “Economia dos Recursos Minerais, Naturais e Ambientais” e “Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços do Turismo” e que se encontram representados em 75% dos projetos que foram objeto de enquadramento. Em termos absolutos, a procura mais elevada concentrou-se no domínio “Alimentação e Floresta” (162 projetos), refletindo a estrutura produtiva regional, que tem neste domínio um dos seus clusters mais consolidados. Paralelamente, em termos de complementaridade (projetos com inserção em mais do que um domínio), é também este domínio que surge mais frequentemente associado aos demais domínios da EREI do Alentejo

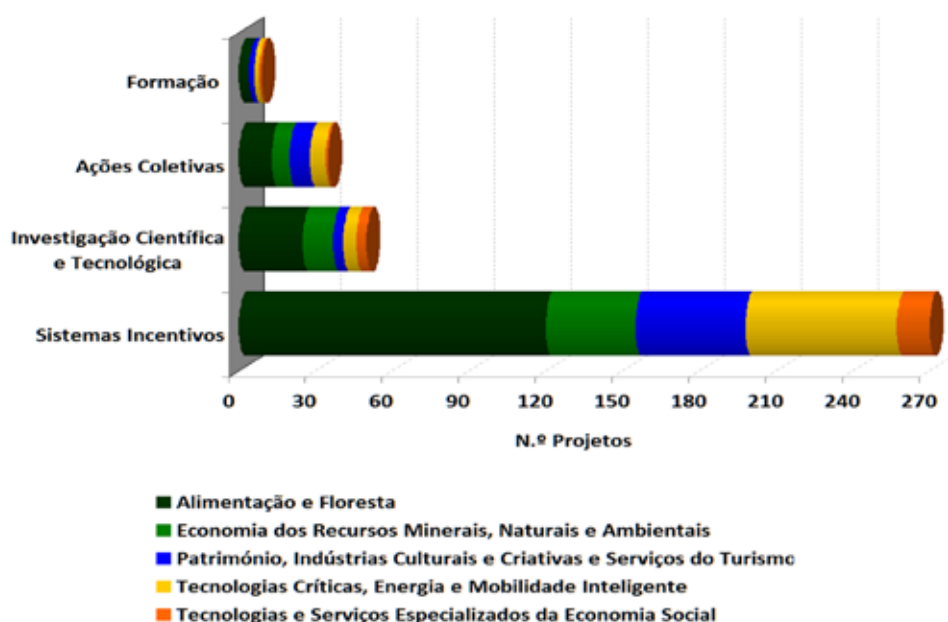
No que se refere aos domínios “Tecnologias Críticas, Energia e Mobilidade Inteligente” e “Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social”, também designados por domínios emergentes na região, identificados em função do seu potencial económico e inovador, verifica-se que os agentes económicos regionais têm aderido de forma distinta face a cada um deles, sendo evidente uma procura significativa ao nível do domínio “Tecnologias Críticas, Energia e Mobilidade Inteligente”, que detém maior representatividade em termos absolutos (72 projetos), confirmando as expectativas regionais quanto à emergência dos setores económicos que representa e quanto às previsíveis alterações no perfil do tecido empresarial regional.

Já no que se refere ao domínio “Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social”, é perceptível uma dinâmica mais modesta no contexto da especialização regional, representando apenas 5% do total de enquadramentos efetuados. De facto, não obstante o potencial económico subjacente à economia social, enquanto oportunidade para o desenvolvimento de atividades e tecnologias inovadoras num quadro de competitividade empresarial, estas atividades são ainda percecionadas regionalmente como “assistencialistas” numa dimensão de inclusão social, o que se reflete na fraca expressão das iniciativas empresariais neste domínio.



IV) Enquadramento dos Projectos do ALENTEJO 2020 por Domínio de Especialização e por Instrumento de Financiamento

Uma análise mais densificada dos projetos enquadrados segundo o instrumento de financiamento a que foram submetidos, no âmbito do ALENTEJO 2020, permite concluir adicionalmente, que o comportamento da procura é idêntico em todos os instrumentos de financiamento, embora menos visível nos avisos relativos à Formação pela sua fraca expressão no universo total de projetos submetidos ao ALENTEJO 2020 (apenas 3 candidaturas), confirmando-se a predominância dos projetos enquadrados na “Alimentação e Floresta”. Salienta-se complementarmente que a aposta das instituições de I&D regionais, nas suas atividades de investigação, desenvolvimento tecnológico e transferência de tecnologia para o tecido económico tem igualmente maior incidência neste domínio, que se encontra representado em metade dos projetos enquadrados na EREI, no instrumento de financiamento dedicado à investigação científica e tecnológica. Esta análise permite igualmente reforçar a forte dinâmica de procura empresarial no âmbito das “Tecnologias Críticas, Energia e Mobilidade Inteligente”, que embora com expressão em todos os instrumentos de financiamento, tem maior evidência no sistema de incentivos às empresas.



Conclusões e Perspetivas de Evolução

Em súmula, pode concluir-se que a operacionalização da EREI dispõe de uma metodologia definida e implementada, sendo dinamizada por uma equipa técnica de apoio que permite garantir a seletividade e a focalização dos investimentos, bem como proceder à sua monitorização.

Não obstante, todo o processo pode ainda progredir no sentido da sua melhoria e eficácia, existindo uma margem relevante para a simplificação de processos, no que se refere à aplicação do critério de mérito regional, sobretudo no sentido de uma melhor adequação à especificidade da programação dos instrumentos do PORTUGAL 2020 e especificamente do ALENTEJO 2020.

A curto prazo importa igualmente assegurar a plena operacionalização do modelo de governação da EREI, a melhoria do sistema de monitorização bem como das dinâmicas de procura, designadamente por via da informação e capacitação dos agentes regionais e de ajustamentos nos instrumentos de financiamento, nomeadamente através de uma eventual abertura de avisos temáticos específicos.

Por último, mas absolutamente determinante em termos de política pública, uma vez garantido um histórico relevante e massa crítica ao nível do ciclo completo de financiamento dos projetos (desde a candidatura até à conclusão da sua execução) importará, no âmbito dos exercícios de monitorização e avaliação, confirmar o efeito real deste processo e o impacto destes mecanismos nas suas dimensões territoriais e setoriais ■

Programa Operacional Regional



Aprovou 420 milhões de euros até final de 2016

O Alentejo 2020 tem por grandes objetivos o reforço da competitividade da economia, promovendo a melhoria do desempenho regional e afirmando o Alentejo como uma região de conhecimento, estimulando uma economia que privilegie a inovação e emprego qualificado, e visando um desenvolvimento urbano sustentável.

Com uma dotação global de fundos europeus estruturais e de investimento de 1.082,9 milhões de euros, repartidos por 898,2 milhões do FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e 184,7 milhões de euros do FSE – Fundo Social Europeu, o Alentejo 2020 – Programa Operacional Regional do Alentejo para o período 2014-2020, encontrava-se no final de 2016 em plena fase de implementação.

Concursos

Até ao final de 2016, o Alentejo 2020 lançou 94 concursos com uma dotação financeira total de 255 milhões de euros de fundos europeus. Destes concursos, 63 concursos encontravam-se decididos, 17 fechados com as respectivas candidaturas em processo de análise e 14 concursos encontravam-se abertos, com uma dotação financeira de 226 milhões de euros de fundos europeus.

Em consonância com a dotação financeira afecta ao domínio da Competitividade e Internacionalização, que representa cerca de 41% da dotação financeira global do programa, 39 dos concursos lançados, 41% do total, enquadraram-se no domínio da Competitividade e Internacionalização.

Candidaturas / Aprovações

Das 2.115 candidaturas recebidas para os vários eixos prioritários do Programa, 917 projetos de investimento foram aprovados até final de 2016, representando um montante total de investimento aprovado de 420 milhões de euros e de apoio dos fundos europeus FEDER e FSE de 271 milhões de euros, e 504 candidaturas encontravam-se em apreciação. O volume de aprovações registado representava 23% do total de dotação do programa.

Das candidaturas recebidas, 1.538 foram apresentadas no domínio da Competitividade e Internacionalização. Até final de 2016, foram aprovadas neste domínio 594 projectos de investimento com um investimento elegível aprovado de 162 milhões de euros e um incentivo aprovado de 95 milhões de euros.

Já no início de 2017, foi decidido o concurso na área da Conservação, Protecção, Promoção e Desenvolvimento do Património Cultural e Natural que havia sido aberto em 2016. Este concurso que foi lançado com uma dotação financeira de 14 milhões de euros, apenas foi decidido no início de 2017, devido à necessidade de encontrar soluções alternativas de aprovação, que permitissem dar resposta às candidaturas com avaliação de mérito relevante em articulação com a estratégia definida pelo Alentejo 2020 para esta tipologia de investimento. No final, verificou-se a aprovação de 35 projetos que representam um investimento elegível total de 32 milhões de euros e uma comparti-

pação FEDER de 24 milhões de euros, distribuídos por duas tipologias: Requalificação do Património e Promoção Turística.

A sessão de assinatura dos respectivos termos de aceitação realizou-se no dia 9 de Fevereiro, no Centro Cultural de Campo Maior, em cerimónia presidida pelo Ministro do Planeamento e das Infra-estruturas, Pedro Marques.



De realçar nos apoios à atividade empresarial, a aprovação de um apoio à contratação de recursos humanos altamente qualificados, no âmbito do Sistema de Incentivos à Qualificação PME, que possibilitou a criação de 43 postos altamente qualificados em 10 candidaturas aprovadas.

Na área da Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, foram aprovados 41 projetos de investimento, representando 14 milhões de euros de investimento.

Compromisso

Para além das operações já aprovadas, o Alentejo 2020 assumiu compromissos no montante de 549 milhões de euros, 51% da dotação financeira. Estes compromissos correspondem aos planos contratualizados com as Comunidades Intermunicipais – CIM, no âmbito dos Investimentos Territoriais Integrados – ITI, com os Grupos de Acção Local – GAL, no âmbito da Iniciativa Desenvolvimento Local de Base Comunitária – DLBC, com as Autoridades Urbanas no âmbito dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano – PEDU e ainda com montantes associados aos instrumentos financeiros de apoio às empresas.

Estratégias Integradas de Desenvolvimento Regional

No contexto do Alentejo 2020, as Estratégias Integradas de Desenvolvimento Regional, assumem particular importância pela visão que apresentam para o território.

Os **PEDU – Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano**, com contratos celebrados com 26 Municípios dos centros urbanos de nível superior, em sessão realizada no dia 31 de Maio, no Europarque em Santa Maria da Feira, representam um valor total de investimento de 146 milhões de euros, envolvendo um montante global de 124 milhões de euros de fundos da União Europeia e o restante do Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas, criado no âmbito do Portugal 2020, e associado ao financiamento pelos Programas Operacionais Regionais.



Programa Operacional Regional

Os **PARU - Planos de Acção de Regeneração Urbana**, celebrados com 30 Municípios da Região Alentejo correspondentes aos Centros Urbanos Complementares, representam um investimento total de 22,7 milhões de euros e um cofinanciamento FEDER de 19,3 milhões de euros. De referir que o Alentejo 2020 foi o primeiro Programa Operacional Regional a assinar os referidos contratos, em sessão realizada no dia 10 de agosto de 2016, em Vila nova de Milfontes.



No âmbito dos **Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU)**, até ao final de 2016, foram submetidas 60 candidaturas, das quais 54 encontravam-se aprovadas com um Investimento de 11 milhões de euros ao qual corresponde uma comparticipação FEDER de 9,8 milhões de euros.

Este investimento encontra-se distribuído pelas três Prioridades de Investimento que integram estes Planos: 4.5 – Mobilidade Urbana, 6.5 – Regeneração Urbana e 9.8 – Intervenção em Comunidades Desfavorecidas.

No âmbito dos **Planos de Acção de Regeneração Urbana (PARU)**, foram submetidas 31 candidaturas, tendo sido aprovadas 30, com um investimento de 14,4 milhões de euros e um compromisso FEDER de 12,2 milhões de euros, o que representa uma taxa de compromisso de 85% do dotação contratualizada com os 30 municípios.

Considerando que a abertura dos avisos de concurso ocorreu no final de Maio 2016, estes montantes são reveladores do enorme empenho e importância que o investimento municipal representa para a coesão do nosso território.

De referir que os apoios para as autarquias não se esgota nestas estratégias, estão previstos outros apoios, como as áreas de localização empresarial, que podem vir a envolver valores consideráveis.

Mapeamentos

Em relação às Infraestruturas e Equipamentos (educação, saúde, cultura, sociais, científicas, tecnológicas, incubadoras de empresas, e de apoio à actividade empresarial), por exigência da Comissão



Europeia, foi necessário desenvolver um processo de mapeamento prévio das necessidades de intervenção no território.

O mapeamento das infraestruturas na Cultura, Educação e Saúde foi aprovado em dezembro de 2015. No caso das áreas de localização empresarial, de grande interesse para os Municípios, o Alentejo 2020 foi o primeiro programa a concluir o respetivo processo de mapeamento, aprovado em 27 de dezembro de 2016, o que vai permitir avançar agora com o lançamento de concurso.

Encontram-se em elaboração pela Agência Nacional de Inovação – ANI, os processos de mapeamento das Incubadoras de Empresas e das Infraestruturas Científicas de Interesse Estratégico.

A aceleração da execução dos fundos europeus estruturais e de investimento

A aceleração da execução dos fundos europeus estruturais e de investimento constitui um importante objetivo para a alavancagem das economias regionais, em particular no que diz respeito ao investimento de natureza municipal.

Por esse motivo, em novembro de 2016, por deliberação da Comissão Interministerial de Coordenação do Acordo de Parceria – CIC Portugal 2020, foram aprovadas um conjunto de Medidas de Simplificação de Investimento no âmbito Municipal e foi operacionalizado o Acelerador de Investimento Municipal.

Este mecanismo de Acelerador de Investimento Municipal, criado pelo Governo, permitiu aos municípios que executem, pelo menos, 15% de um dos projectos dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano – PEDU ou dos Planos de Acção de Regeneração Urbana – PARU, verem majorado em 10% o total das verbas disponibilizadas através desses fundos. A data limite para acesso a esse acréscimo de fundos era 31 de Dezembro de 2016, tendo sido agora prolongada até 15 de Fevereiro de 2017.

Até final de 2016, o impacto deste mecanismo Acelerador de Investimento Municipal foi de 8,8 milhões de euros.

No contexto da política de aceleração do investimento, a Região beneficiou ainda no final de 2016 de um aviso específico no âmbito da Inovação Produtiva – acelerador de investimento, o qual contemplou uma majoração específica de taxa de 10% que incide sobre o investimento elegível realizado nos primeiros 12 meses de execução dos projetos e de prazos de decisão mais curtos do que os previstos regulamentarmente. A Região Alentejo viu aprovados 6 projetos de inovação produtiva no âmbito do acelerador de investimento.

Capital Humano

No âmbito do Fundo Social Europeu, decorreram os primeiros avisos de concurso destinados ao combate ao insucesso escolar (Território Educativo de Intervenção Prioritária - TEIP), formação qualificada de jovens (Cursos de Especialização Tecnológica - CET e Cursos Técnicos Superiores Profissionais - TeSP), com uma dotação global de 21,7 milhões de euros.

Relativamente ao apoio FEDER, que se destina essencialmente aos investimentos em infraestruturas



Programa Operacional Regional

educativas e que se encontra integrado nos Pactos celebrados com as Comunidades Intermunicipais, foram decididas 31 candidaturas que representam um investimento de 12,1 milhões de euros e um apoio comunitário de 10,3 milhões de euros.

Ainda neste domínio, foi igualmente decidido um aviso concurso destinado à aquisição de equipamento essencial ao funcionamento dos novos cursos TeSP, alinhados com a nossa Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI), que envolveu um apoio FEDER de 3,6 milhões de euros.

Coesão Social e Inclusão

No âmbito do Trabalho Socialmente Necessário (Contratos Emprego-Inserção e Emprego-Inserção+) decorreu e foi decidido um concurso com uma dotação disponível de 16,3 milhões de euros.



Eficiência Energética

Na Administração Local, no âmbito dos Pactos, encontrava-se a decorrer no final do ano um aviso de concurso, com uma dotação global de 5,9 milhões de euros;



Sistema de Apoio à Modernização e Capacitação da Administração Pública (Local e Regional)

Foram apresentadas 12 candidaturas que representam um investimento de 4,3 milhões de euros e um apoio FEDER de 3,6 milhões de euros.



Pagamentos

Até ao final do ano de 2016, foram efectuados pagamentos aos beneficiários do Alentejo 2020 no montante global de 49,1 milhões de euros, repartidos entre FEDER e FSE, respectivamente 38,1 e 11,0 milhões de euros.

Destacam-se nos pagamentos os sistemas de incentivos cujo montante ascendeu a 18,4 milhões de euros, desempenho possível com o contributo do denominado Plano 450 que consubstanciou a intenção do Governo em efetuar pagamentos às empresas no montante de 450 milhões de euros até ao final de 2016. Nesta iniciativa, o Alentejo superou a meta estabelecida.

Estratégias de Eficiência Colectiva - PROVERE

No âmbito das Estratégias de Eficiência Colectiva, os PROVERE – Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos aprovados: “Valorização dos Recursos Silvestres do Alentejo”, “O Montado de Sobro e a Cortiça” e “*Inmotion* 2020 - Alentejo, Turismo e Sustentabilidade”, são bons exemplos do trabalho que está a ser desenvolvido para redução das assimetrias regionais e valorização recursos endógenos, sobretudo nos territórios de baixa densidade ■

